



## **ATA DA VI REUNIÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA – RIPAJ**

Reunidos(as) na cidade de Brasília, capital da República Federativa do Brasil, na sede da Defensoria Pública da União, SAUN, Quadra 5, Lote C, Centro Empresarial CNC, Bloco C, nos dias 30 de novembro e 01 de dezembro de 2016, os/as Excelentíssimos(as) representantes das Coordenações Nacionais, a Secretária de Estado do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos da República de Angola, Dra. MARIA ISABEL TORMENTA DOS SANTOS, o Defensor Público-Geral Federal da República Federativa do Brasil, Dr. CARLOS EDUARDO BARBOSA PAZ, a Ministra da Justiça e Trabalho da República de Cabo Verde, Dra. JANINE TATIANA SANTOS LÉLIS, o Embaixador de Cabo Verde no Brasil, Dr. Domingos Dias Pereira Mascarenhas, o Diretor Geral Instituto do Patrocínio e Assistência Jurídica (IPAJ) da República de Moçambique, Dr. JUSTINO ERNESTO TONELA, a Subdiretora-Geral da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça da República Portuguesa, Dra. MARIA LUÍSA PACHECO, e o Defensor Público-Geral da República Democrática de Timor-Leste, Dr. SÉRGIO DE JESUS FERNANDES DA COSTA HORNAI, bem como assessores(as) técnicos(as) e demais membros das delegações de cada país-membro, não tendo podido comparecer à presente Reunião as delegações de Guiné-Bissau, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe, deu-se início à VI RIPAJ.

DIA 30/11/2016

### **1) Solenidade de Abertura**

Foi feita uma breve apresentação da RIPAJ pelo cerimonial e convite dos líderes das delegações para compor a mesa. Foram feitos agradecimentos aos defensores brasileiros que já estiveram em intercâmbio no Timor-Leste, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. O Exmo. Dr. Carlos Paz iniciou seu discurso de boas-vindas agradecendo a presença de todos e todas. Ressaltou as boas relações diplomáticas do Brasil com os países membros da RIPAJ. Fez-se referência ao histórico da RIPAJ e ao fortalecimento das relações entre os países integrantes. Expôs-se os problemas contemporâneos internacionais, como a crise dos refugiados e a degradação do meio ambiente. Ressaltou-se, nesse contexto, a importância da cooperação entre os países para superação dos problemas sociais comuns a eles.

### **2) Discurso inicial das autoridades de cada delegação**

A Exma. Dra. Maria Isabel Tormenta iniciou seu discurso cumprimentando todos os presentes e ressaltando a importância do fortalecimento da RIPAJ. Citou dispositivos constitucionais angolanos que garantem a proteção e a defesa dos direitos da população daquele país. Comunicou que se encontra em fase de aprovação a lei de defesa pública, de modo a atender à população carente angolana. A criação de um sistema de defesa pública distinto do da ordem dos advogados de Angola surge para funcionar paralelamente ao mesmo, de modo



que todos os cidadãos sejam instruídos a buscar a garantia de seus direitos. Serão atendidos nacionais e estrangeiros residentes em Angola em situação de vulnerabilidade. Declarou ainda que leis do ano de 2016 impulsionaram os meios de resolução extrajudicial de litígios em Angola.

Em seguida, a Exma. Dra. Janine Lélis saudou os países presentes e agradeceu à organização do evento. Destacou que o acesso à justiça em Cabo Verde é uma garantia constitucional e que, todo ano, são promovidos debates com o intuito de levantar as pendências atinentes ao acesso à justiça no país. Estão sendo implementadas políticas públicas para aprimorar o nível da prestação jurídica, como sistemas tecnológicos e implantação de tribunais de pequenas causas. Definiram-se mecanismos sustentáveis para garantia de acesso das pessoas à Justiça. Citou, ainda, que o Governo atual firmou parcerias com organizações da sociedade civil e universidades para divulgação de informação jurídica.

O Exmo. Dr. Justino Tonela cumprimentou todos os presentes e ressaltou que faria uma apresentação mais detalhada em momento posterior.

A Exma. Dra. Maria Luísa Pacheco saudou a todos os presentes e informou sobre a impossibilidade do comparecimento da Exma. Ministra da Justiça de Portugal. Versou sobre o sistema de assistência jurídica português, no qual mais de 12.000 advogados inscritos voluntariamente defendem os direitos e interesses de cidadãos com insuficiência econômica. Em relatório elaborado em 2015, foi atestada a qualidade da defesa dos direitos desses cidadãos. Nesse sistema, os advogados voluntários podem atuar nas áreas de sua especialização, o que melhora a qualidade do serviço prestado. A qualidade das defesas voluntárias não difere das defesas privadas. Reiterou, ainda, a importância da RIPAJ como afirmação do acesso à justiça e reafirmação do Estado de Direito

O Exmo. Dr. Sérgio de Jesus Fernandes da Costa Hornai cumprimentou a todos os presentes. Ilustrou um panorama sobre o desenvolvimento da Defensoria Pública do Timor Leste e os desafios à consolidação dessa Instituição. Os avanços começaram em 2008, quando da constituição do órgão. Desde então, houve melhoria das instalações físicas, porém existem dificuldades em relação aos recursos humanos disponíveis. Ressaltou que muitos cidadãos do seu país não podem arcar com os custos de advocacia privada. Atualmente, a Defensoria Pública do Timor Leste possui 30 defensores públicos instalados em 4 regiões do país. Há a previsão de ingresso de mais 15 defensores públicos, provavelmente em fevereiro de 2017. Ainda em 2017, pretende-se estabelecer Clínicas de Acesso à Justiça. Estas devem ser centros de atendimento jurídico, de prevenção e mediação de conflitos e aproximação com a população vulnerável. Se bem desenvolvidas, essas clínicas poderão reforçar a atuação da Defensoria do Timor Leste.

### **3) Discussão sobre o tema “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – Acesso à justiça”**

O Exmo. Dr. Carlos Paz mencionou a importância do fortalecimento do desenvolvimento sustentável e lembrou que a Agenda 2030 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável é um compromisso mundial, aprovado por unanimidade pelos líderes dos 193 Estados-membros da ONU, reunidos em Assembleia-Geral, em 25 de setembro de 2015. Enfatizou a importância da efetividade do Estado de Direito e da boa governança em todos os níveis, considerando-se, especificamente, o objetivo de nº 16, que trata da fundamental necessidade de construir e



fortalecer as instituições, sob os pilares da efetividade, eficiência, eficácia, e que sejam, transparentes, responsáveis e inclusivas. Após essa fala inicial, convidou a todos para assistir um vídeo da ONU relacionado ao tema.

Posteriormente à exibição do vídeo, o Exmo. Dr. Carlos Paz comentou que, no que tange à RIPAJ, nos interessa observar a meta de “promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça”, e claro, “sem deixar ninguém para trás, seja quem for e onde estiver”.

A Exma. Dra. Maria Isabel Tormenta ressaltou os dispositivos constitucionais angolanos que promovem o acesso à justiça e também a edição de dispositivos legais no país, como a Lei de Arbitragem e a Lei de Mediação. Existe atualmente no país um sistema embrionário de defesa pública executado pela ordem dos advogados. Nesse sentido, a Lei de Defesa Pública pretende criar uma instituição que vai funcionar paralelamente à atuação dos advogados da ordem.

A Exma. Dra. Janine Lélis acrescentou que houve uma ampla discussão com a ONU em relação aos objetivos do desenvolvimento sustentável para Cabo Verde. Disse que houve uma identificação dos objetivos e a elaboração de um plano de ação, com o intuito de capacitar a Justiça em termos de prevenção. Há também um plano que engloba o objetivo 16, no que tange ao combate à mortalidade e igualdade de acesso à justiça a todos.

O Exmo. Dr. Justino Tonela lembrou dos objetivos de desenvolvimento sustentável do milênio. Citou, ainda, o ponto referente à valorização do Estado de Direito e a salvaguarda do acesso à justiça a todos. Salientou que Moçambique, após a Independência, passou a criar órgãos responsáveis para promover o acesso à justiça aos cidadãos. Hoje, diferentemente do que ocorria no passado, os advogados podem exercer de forma livre sua atividade. Explicou que o Instituto de Assistência Jurídica (IPAJ) é responsável por atender à população hipossuficiente. O Diretor, então, convidou a todos para que assistissem a uma apresentação referente ao trabalho realizado pelo IPAJ com a finalidade de atingir as metas de desenvolvimento do milênio. Apontou que há cerca de 145 tribunais em funcionamento no país. Devido à necessidade de acesso à justiça nos casos de carência econômica, foi criado o IPAJ. A assistência judicial compreende também o direito a um processo justo e célere. Além disso, o Estado tem promovido campanhas e conferências nas quais há presença de juristas de diversas nações. Com os esforços do governo, o número de casos assistidos aumentou excepcionalmente entre 2007 e 2015. O IPAJ realizou atividades de deslocamento a penitenciárias para prestar assistência jurídica aos presos em vulnerabilidade. Ademais, há brigadas ambulatórias que se deslocam para atender os casos em diversos distritos. Houve aumento do acesso aos tribunais comunitários, uma vez que para a maioria dos moçambicanos, o acesso à justiça é impossível. Mesmo com a gratuidade em determinados casos, as despesas com transporte e deslocamento são insuportáveis. Por isso, a importância dos tribunais comunitários, onde os problemas podem ser resolvidos localmente. Houve a apresentação de um vídeo do Governo moçambicano retratando a expansão da assistência judiciária no país, por meio do IPAJ.

A Exma. Dra. Maria Luísa Pacheco ressaltou a importância do enquadramento às metas de Desenvolvimento Sustentável, apontando o acesso à justiça como direito fundamental da pessoa humana. Apontou a importância da garantia de acesso à justiça de forma igualitária.



O Exmo. Dr. Sérgio Hornai apresentou a existência de um Plano Estratégico para o desenvolvimento do setor de justiça referente ao período de 2011 e 2013, o qual contempla 5 áreas temáticas nas quais o governo timorense trabalha. 1º: Desenvolvimento Institucional. 2º: Desenvolvimento e harmonização do quadro de normas jurídicas (Estatuto da Defensoria Pública). 3º: Reforço da infraestrutura básica da Defensoria Pública. 4º: Desenvolver o quadro de recursos humanos da Defensoria Pública. 5º: Qualidade na prestação do serviço. Há, ainda, o objetivo de estabelecer Clínicas de Acesso à Justiça, reforçando o acesso em locais de maior vulnerabilidade. Ademais, a instituição de Tribunais Móveis, em locais onde há ausência do Poder Judiciário (locais remotos). São promovidas, além disso, campanhas de divulgação aos cidadãos.

O Exmo. Dr. Edson Rodrigues Marques ressaltou a importância do fortalecimento dos laços entre os países para o alcance do acesso à justiça. A Defensoria Pública da União (DPU) tem, desde 2013, melhorado a eficiência na prestação da assistência jurídica gratuita. O ganho da autonomia orçamentária e financeira propiciou que o planejamento fosse mais bem construído. Em 2014, a Emenda 80 estabeleceu a interiorização da DPU. Há, ainda, desafios para o fortalecimento da DPU, como a inexistência de carreira de apoio própria. A DPU é composta por um quadro pequeno, majoritariamente de servidores requisitados de outros órgãos. Em 2015, houve a apresentação de um projeto de lei procurando criar um quadro próprio de servidores de apoio. Além disso, o trabalho da DPU vem fortalecendo a atuação coletiva, com a criação de Grupos de Trabalho temáticos (GTs). Por exemplo, o GT de comunidades tradicionais e de pessoas em situação de rua.

O Exmo. Dr. Justino Tonela citou ser relevante a discussão sobre a Resolução 67/187 da Assembleia Geral da ONU, a qual traz recomendações sobre a criação de mecanismos de assistência jurídica nos países que não possuem instituições de tal tipo. Concluiu, sugerindo abordar a pertinência dessa resolução junto aos membros da RIPAJ.

#### **4) Apresentação do projeto de Programa de Visita Técnica de Defensores(as) Públicos(as) da RIPAJ**

O Exmo. Dr. Fernando Mauro Barbosa, Diretor da Escola Superior da DPU iniciou sua fala apresentando a importância da criação de um programa de intercâmbio entre os países membros da RIPAJ, a fim de impulsionar a troca de experiências. Segundo ele, a primeira questão que se impõe ao grupo é a criação ou não do intercâmbio. A partir de tal decisão, há outras questões, como quantos defensores participariam, por quantos dias e com qual frequência.

A palavra foi passada ao Exmo. Sub-Defensor Público Geral Federal, Dr. Edson Marques. Ele tratou de explicar como poderia ser formatado o intercâmbio, citando o exemplo da delegação timorense que estava no Brasil conhecendo boas práticas em relação à assistência jurídica.

O Exmo. Dr. Fernando Mauro sugeriu conciliar as reuniões anuais da RIPAJ com o intercâmbio.



A Exma. Dra. Maria Isabel Tormenta pediu esclarecimentos sobre se a proposta abrangeria apenas Defensores Públicos.

O Exmo. Dr. Edson Marques respondeu que o programa não necessariamente precisaria envolver apenas Defensores Públicos. A ideia seria a troca de informações entre todos aqueles que operam o sistema de assistência jurídica.

A Exma. Dra. Maria Isabel Tormenta ponderou que deveria haver uma definição do formato do programa e sobre quem faria parte do intercâmbio.

O Exmo. Dr. Fernando Mauro salientou que a ideia da ESDPU era justamente colher sugestões e propostas de todas as Coordenações Nacionais durante a própria reunião, para que o modelo do programa possa ser construído conjuntamente.

O Exmo. Dr. Carlos Paz sugeriu que as delegações têm experiências que poderiam ser compartilhadas. Ressaltou ainda que as experiências poderiam ser multidisciplinares, tanto entre defensores, quanto entre servidores.

A Exma. Dra. Maria Luísa Pacheco frisou que não há Defensoria Pública em vários países da RIPAJ, concluindo então que o intercâmbio deveria ser equacionado devido às diferentes realidades envolvidas. Ressaltou a existência de diversos modelos de assistência jurídica e que poderia ser mais proveitoso aprender com as diferentes realidades.

O Exmo. Dr. Justino Tonela reforçou que nem todos os mecanismos de assistência jurídica dos países da RIPAJ funcionam da mesma forma. Conciliar os diferentes modelos seria um desafio. Moçambique já tem enviado alguns defensores para realizar intercâmbio em países como Brasil e Portugal.

A Exma. Dra. Janine Lélis frisou não existir em seu país o modelo de Defensoria Pública como no Brasil.

O Exmo. Dr. Sérgio Hornai abordou a importância do intercâmbio também para desenvolver o uso da Língua Portuguesa em seu país. Segundo ele, o intercâmbio através da RIPAJ seria benéfico à Defensoria Pública do Timor Leste.

O Exmo. Dr. Carlos Paz salientou a relevância de um programa de intercâmbio, justamente pois necessita-se entender as realidades envolvidas no contexto da RIPAJ e saber como funciona o sistema de assistência jurídica em cada nação. Sugeriu como encaminhamento a reflexão sobre a necessidade de conhecimento recíproco dos modelos de assistência jurídica de cada país, e que as delegações encaminhassem propostas para a formatação do programa de intercâmbio.

O Exmo. Dr. Edson Marques apontou que há uma grande rede de assistência jurídica gratuita no Brasil, não só estatal, mas também privada. Chamou a atenção para o modelo ucraniano, por ser um modelo diferenciado. Frisou que o interesse maior do intercâmbio seria o de entender como os parceiros realizam a prestação de assistência jurídica em seus países. Chamou a atenção para as peculiaridades culturais de cada nação e a importância da apropriação de modelos para melhorar a atuação de cada um quanto a sua própria assistência jurídica. Modelos diferentes podem gerar exemplos de boas práticas que podem ser aplicados por diferentes países.



O Exmo. Dr. Carlos Paz solicitou a todas as Coordenações Nacionais que encaminhem sugestões sobre o programa de intercâmbio no tempo que acharem mais adequado. Os presentes concordaram.

### **5) III Boletim RIPAJ**

O Exmo. Dr. Fernando Mauro apresentou uma proposta de modificação dos Boletins da RIPAJ, em termos de formato, frequência e conteúdo. Propôs que, ao invés de conterem artigos científicos, veiculariam estudos de caso relativos a boas práticas dos diversos países. Sugeriu-se a publicação anual do Boletim, não mais bienal. Questionou ainda se a publicação deveria ser impressa ou apenas por meio virtual.

A Exma. Dra. Marisa Isabel Tormenta concordou com a alteração da periodicidade para 1 vez por ano. Em relação ao conteúdo, questionou se seria uma mudança ou agregação (artigos científicos e boas práticas). Disse ser favorável a um sistema híbrido. Não manifestou objeção quanto ao formato ser digital apenas.

A Exma. Dra. Janine Lélis concordou inteiramente com a manifestação da Exma. Dra. Maria Isabel Tormenta.

O Exmo. Dr. Justino Tonela sugeriu o prazo de 30 dias após o fim da VI RIPAJ para que cada Coordenação Nacional informe os pontos focais de cada Instituição para assuntos relativos à publicação.

A Exma. Dra. Maria Luísa Pacheco ressaltou que, devido ao cotidiano demandante das Instituições membros da RIPAJ, poderia haver atrasos quanto ao envio dos materiais, caso as publicações fossem anuais, portanto indicou a sua preferência pela manutenção do Boletim bienal. Concordou com a publicação apenas por meio digital. Quanto ao conteúdo, manifestou-se no sentido de que houvesse apenas a publicação de boas práticas.

O Exmo. Dr. Sérgio Hornai mencionou que estaria de acordo com a publicação anual ou bienal do boletim.

O Exmo. Dr. Fernando Mauro ponderou que o modelo de artigo científico exigiria um Conselho Editorial. O funcionamento e a logística seriam mais difíceis.

O Exmo. Dr. Carlos Paz sugeriu uma publicação anual com boas práticas e a manutenção de uma publicação científica bienal ou em manter o que existe atualmente.

A Exma. Dra. Maria Luísa Pacheco lembrou das Coordenações Nacionais que não estão presentes, reafirmando que a publicação seja bienal e apenas com a divulgação de boas práticas.

O Exmo. Dr. Carlos Paz propôs que a publicação fosse bienal, com a divulgação de boas práticas e artigos científicos e somente em suporte digital.

Quanto ao suporte digital e à publicação bienal do Boletim não houve discordâncias entre as delegações.

A Exma. Dra. Maria Isabel Tormenta defendeu o modelo misto, quanto ao conteúdo, isto é, artigos científicos e boas práticas.



A Exma. Dra. Janine Lélis, o Exmo. Dr. Justino Tonela e o Exmo. Dr. Sérgio Hornai defenderam a divulgação apenas de boas práticas.

O Exmo. Dr. Justino Tonela ressaltou que, para que alguma decisão possa ser incluída na ata, deve haver um consenso e não maioria.

A Exma. Maria Isabel Tormenta alterou sua posição, havendo assim um consenso: formato apenas digital, publicação bienal, conteúdo referente a boas práticas.

## **6) Implementação de Informe Semestral**

O Exmo. Dr. Carlos Paz mencionou que o Informe Semestral teria como objetivo principal divulgar notícias curtas e breves a respeito da prestação de assistência jurídica e informes a respeito dos países constituintes da RIPAJ. O Informe teria um formato mais simplificado e de execução breve. A elaboração do Informe ficaria a cargo da Secretaria Administrativa da RIPAJ (DPU - Brasil) e seria uma espécie de newsletter.

A Exma. Dra. Maria Isabel Tormenta mencionou não possuir objeções à proposta.

A Exma. Dra. Janine Lélis salientou a importância da divulgação de notícias novas, para não haver repetição de assuntos.

O Exmo. Dr. Justino Tonela concordou com a proposta.

A Exma. Dra. Maria Luísa Pacheco ponderou que seria interessante que o Informe fosse anual para que as notícias continuem novas. Sugeriu o nome “newsletter” ao invés de Informe.

O Exmo. Dr. Sérgio Hornai registrou sua concordância com a publicação.

O Exmo. Dr. Carlos Paz sugeriu que a Secretaria Administrativa da RIPAJ e a ESDPU fizessem algumas propostas quanto ao nome do Informe periódico. Apontou que o Informe seria hospedado nas páginas eletrônicas de cada país membros.

Findados os trabalhos do dia, a VI RIPAJ foi suspensa com o convite à visita ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e, posteriormente, ao *Cocktail* Especial da VI RIPAJ.

DIA 01/12/2016

## **7) Implantação do Projeto Visita Virtual nos países da RIPAJ**

O Exmo. Dr. Carlos Paz iniciou as atividades afirmando que será possível terminar a VI RIPAJ no turno da manhã. Destacou a presença do Exmo. Embaixador de Cabo Verde, substituto da Ministra de Cabo Verde, Dr. Domingos Dias Pereira Mascarenhas.

O Exmo. Dr. Carlos Paz retomou alguns pontos sobre o Projeto Visita Virtual, o qual busca colocar em contato pessoas que estão cumprindo penas em presídios com seus familiares e entes queridos. O Projeto Visita Virtual consiste na realização de vídeo conferência entre os



presos e seus familiares. O Projeto, além de ocorrer dentro do território brasileiro, está se expandindo também para outros países. O Exmo. Dr. Carlos Paz se colocou à disposição das delegações para ouvir sugestões e manifestações a respeito do Projeto.

A Exma. Dr. Maria Luísa Pacheco valorizou a ideia do projeto no tocante à humanização e melhores condições de vida aos presos. Em Portugal, há programas implementados que garantem aos presos ter momentos junto à sua família (visitas íntimas). Afirmou que Portugal é favorável à implantação do Projeto e que há um projeto piloto a ser implantado no 1º trimestre de 2017, envolvendo o sistema prisional de Lisboa. Parabenizou mais uma vez a iniciativa do Brasil.

O Exmo. Dr. Carlos Paz ressaltou a importância do Ministério da Justiça do Brasil e da DEPEN para o sucesso do Projeto.

A Exma. Dra. Marisa Isabel Tormenta mencionou que os presídios em Angola estão sob a tutela do Ministério do Interior. Portanto, o Ministério da Justiça não tem condições de se manifestar sobre o Projeto.

O Exmo. Dr. Carlos Paz pediu à Secretaria Administrativa que seja criado um kit explicando o projeto para que as delegações possam levar a experiência a seus países.

O Exmo. Dr. Justino Tonela felicitou a iniciativa e mencionou que pretende submeter a ideia para ser aplicada ao sistema prisional de Moçambique.

O Exmo. Dr. Domingos Mascarenhas cumprimentou a todos e em relação ao projeto e sublinhou três aspectos: 1º) o projeto reconhece o valor no ser humano, a dignidade não se perde mesmo sendo uma pessoa condenada. 2º) Para Cabo Verde, infelizmente, a realidade faz com que o projeto seja muito útil, uma vez que um número significativo de cabo-verdianos têm sido presos no Brasil. O Projeto, tem, portanto, potencial de ajudar essas pessoas. 3º) Potencial de inspiração no plano interno, uma vez que em Cabo Verde é comum a existência de pessoas reclusas longe de sua família. Cabo Verde espera um dia adotar o Projeto, pois há um interesse claro no que ele representa. Cabo Verde gostaria de trabalhar juntamente com o Brasil nessa perspectiva.

O Exmo. Dr. Sérgio Hornai afirmou que há no Timor Leste uma tentativa de sensibilização do Governo para que medidas como a do Projeto Visita Virtual sejam implantadas.

O Exmo. Dr. Edson Marques se colocou à disposição para levar os interessados em conhecer a sala onde ocorre a vídeo conferência na DPU.

## **8) Inserção da RIPAJ na CPLP**

O Exmo. Dr. Carlos Paz contextualizou o tema, mencionando a importância de uma maior institucionalização e divulgação da RIPAJ no âmbito dos países de língua portuguesa. Propôs o debate a respeito do tema.

A Exma. Dra. Maria Isabel Tormenta mencionou acreditar que a inserção da RIPAJ na CPLP seria uma mais valia tendo em conta os objetivos da RIPAJ. Salientou que não podemos





esquecer que a CPLP é uma cimeira, portanto mecanismos deveriam ser analisados para entender a possibilidade de inserção da RIPAJ na CPLP. Acredita que os Chefes de Estado teriam que se pronunciar.

O Exmo. Dr. Edson Marques manifestou que há cerca de 2 meses houve uma reunião da CPLP e que os próprios membros convidaram a DPU a procurar inserir a RIPAJ no âmbito da CPLP.

O Exmo. Dr. Edson Marques ponderou que seria necessário deliberar juntamente aos membros da RIPAJ a respeito da inserção. A DPU acredita que a inserção seria de mais valia, uma vez que a RIPAJ ganharia maior peso institucional.

O Exmo. Dr. Tonela ressaltou que seria importante estudarmos formas de inserção da RIPAJ na CPLP. A composição dos membros da RIPAJ não coincide com a da CPLP. Na RIPAJ há, por exemplo, a Defensoria, IPAJ, enquanto na CPLP há reuniões de Chefes de Estado, Conselho de Ministros, Reuniões Ministeriais e Comitês de Concertação Permanente. Deve haver uma emenda ao Estatuto da CPLP que obrigará alguns países a obter autonomia em relação ao Ministério da Justiça, por exemplo. Paralelamente, o ato constitutivo da CPLP é de 1996. Temos que estudar qual a forma de integração. Como fazer é a discussão. Sugeriu que o Brasil como Presidência *Pro Tempore* da CPLP poderia trabalhar com o secretariado permanente da CPLP para analisar qual a melhor forma de inserção. O Brasil pode dar passos e o restante das Coordenações Nacionais dariam seguimentos.

O Exmo. Dr. Carlos Paz afirmou que o ideal seria uma inserção como reunião especializada da CPLP, como acontece no Mercosul.

A Exma. Dra. Maria Luísa Pacheco comentou que há necessidade de se estudar vertentes jurídicas para a inserção da RIPAJ na CPLP. A RIPAJ não faz parte da Conferência de Ministros nem da CPLP. Segundo o Estatuto da CPLP, esta goza de personalidade jurídica internacional. É necessário analisar problemas como financiamento, orçamento próprio, regras de funcionamento. O tema mereceria um estudo jurídico, mas o mais adequado seria instituir um subgrupo no âmbito da CMJPLOP. Manifestou-se no sentido de entender ser mais exequível a inserção da RIPAJ na CPLP dessa forma, uma vez que na CMJPLOP já há a discussão de todos os assuntos jurídicos referentes aos países de língua portuguesa.

O Exmo. Dr. Justino Tonela sugeriu que a Presidência da RIPAJ poderia, até o ano que vem, chegar a uma conclusão a respeito da inclusão da RIPAJ na CPLP na próxima Conferência de Ministros, que vai ocorrer no Brasil em 2017. Há necessidade de alinhamento entre as reuniões, para que sejam realizadas sempre no mesmo no país.

A Exma. Dra. Maria Luísa Pacheco sugeriu uma consulta aos órgãos da CMJPLOP como poderia ocorrer a inserção da RIPAJ como subgrupo.

O Exmo. Dr. Carlos Paz salientou a importância de que a DPU informe a CPLP sobre as ponderações dos membros da RIPAJ, por uma questão de consideração e cordialidade a aproximação e proposta que partiu da CPLP.

O Exmo. Dr. Domingos Mascarenhas pontuou a importância de se pensar sobre a escolha de se manter a RIPAJ mais reservada ou dar maior visibilidade a esta Instituição. Sugeriu



que se consultasse o secretariado da CPLP e da CMJPLOP. Mencionou a necessidade de se dar maior visibilidade à RIPAJ e comentou que na Conferência de Chefes de Estado não houve qualquer referência à RIPAJ.

O Exmo. Dr. Carlos Paz colocou a questão que deve haver um retorno por parte da DPU à CPLP. Consultou os demais a respeito de que se fizessem consultas simultâneas, além de um retorno à CPLP, - ao Secretário Geral da CPLP e à CMJPLOP. Não houve objeção.

A Exma. Dra. Maria Luísa Pacheco teme a duplicidade, caso se consulte mais de um órgão.

O Exmo. Dr. Sérgio Hornai mencionou acreditar ser melhor a consulta a CMJPLOP, uma vez que a Defensoria timorense é ligada ao Ministério da Justiça.

O Exmo. Dr. Carlos Paz mencionou que a DPU irá levar à CPLP essas preocupações sem uma consulta nesse momento e, neste ínterim, cada Coordenação Nacional poderia fazer algumas gestões junto a suas organizações internas se haverá consulta a um grupo ou outro.

A Exma. Dra. Maria Luísa Pacheco reafirmou ser favorável à inserção da RIPAJ na CMJPLOP, caso seja possível.

O Exmo. Dr. Justino Tonela sugeriu a consulta aos dois secretariados.

O Exmo. Dr. Carlos Paz ratificou que haverá resposta à CPLP e que haverá consultas simultâneas. Não houve objeção. A Secretaria Administrativa da RIPAJ fará as gestões necessárias e devoverá o posicionamento da RIPAJ à CPLP.

#### **9) e 10) Aprovação do Mecanismo Direto de Colaboração e Assistência Recíproca Mútua e Instrumento de controle relativo ao Acordo sobre o Benefício da Justiça Gratuita e da Assistência Jurídica integral e Gratuita entre os Membros da RIPAJ**

O Exmo. Dr. Carlos Paz fez uma breve contextualização do Mecanismo.

A Exma. Dra. Maria Isabel Tormenta salientou que sua delegação fez algumas retificações ao documento de 2013. As contribuições serão apresentadas à Secretaria Administrativa da RIPAJ. Mostrou dúvida a respeito da possibilidade da aprovação do documento no âmbito da VI RIPAJ.

O Exmo. Dr. Carlos Paz explicou que, no momento, a ideia poderia ser apenas discutir a aprovação e não fazê-la de fato.

O Exmo. Dr. Edson esclareceu que seria um resgate do documento proposto em 2013 e que o momento seria de sugestões para aprimoramento do documento. Acredita ser o caso de ser feita uma análise e depois tentar deliberar uma aprovação do documento.

A Sra. Lúcia Padilha explicou que o Mecanismo Direto de Colaboração procura tornar a prestação jurídica mais eficiente, uma vez que, atualmente, há dependência dos Consulados e Embaixadas.

A Exma. Dra. Maria Luísa questionou por que o assunto não foi mais abordado, desde a 4ª reunião.



O Exmo. Dr. Carlos Paz mencionou que o documento não foi resgatado devido a periodicidade dos mandatos e o tema foi se perdendo. Propôs a retirada de pauta para melhoria do texto e que se firmasse o compromisso de, na próxima reunião, fosse finalizado o tema.

A Exma. Dra. Maria Luísa Pacheco salientou que os membros deveriam refletir sobre a necessidade da própria existência do Mecanismo.

O Exmo. Dr. Justino Tonela ressaltou que todos os países assinaram o documento na IV RIPAJ.

O Exmo. Dr. Edson Marques mencionou que há dificuldade na implementação do Mecanismo.

O Exmo. Dr. Justino Tonela reforçou que há acordos na CPLP cuja operacionalização não passa da ratificação. Tendo o Governo Moçambicano ratificado o acordo em 2014, também o fez o Governo de São Tomé e Príncipe.

O Exmo. Dr. Edson Marques salientou que há necessidade de se decidir como vai ocorrer a instrumentalização do acordo.

O Exmo. Dr. Justino Tonela mencionou que falta a elaboração e a discussão sobre o anexo previsto no art. 16 do Acordo.

O Exmo. Dr. Carlos Paz afirmou que o anexo será providenciado e submetido às delegações. Ademais, em 30 dias, a Secretaria Administrativa enviará uma sugestão de fluxo (a respeito do anexo do Acordo) para que as equipes de cada delegação possam analisar tal fluxo

O Exmo. Dr. Justino Tonela sugeriu ser incluído na ata que as delegações se responsabilizem por responder às sugestões da Secretaria Administrativa da RIPAJ em relação ao anexo.

## **11) Parcerias entre a prestação de Assistência Jurídica Gratuita e a atuação da rede consular dos países da CPLP**

As Delegações Nacionais frisaram a importância do acordo que já está em vigor, e foi reforçado o fundamental respeito ao princípio da generalização e harmonização. Na oportunidade da fala, o Exmo. Dr. Domingos Mascarenhas sublinhou que o referido acordo é essencial para o alcance do maior número de pessoas, demonstrando a sua utilidade quanto a aplicação real.

O Exmo. Dr. Carlos Paz reforçou do registro em ata a ratificação das Delegações Nacionais quanto ao cumprimento do artigo 2º da Convenção sobre Relações Consulares, o qual estabelece as condições em que qualquer das Partes assegurará, na medida das suas possibilidades, sem haver interferência em atribuições de Ministérios de cada país. Não houve objeções.



#### **PONTO EXTRA-PAUTA 1:**

Ficou acordado que Secretaria Administrativa irá receber sugestões acerca do Projeto de Protocolo de Partilha de Instrumentos e Meios de Divulgação no âmbito da RIPAJ e que tal Projeto será discutido na próxima RIPAJ.

#### **PONTO EXTRA-PAUTA 2:**

O Exmo. Dr. Carlos Paz questionou qual membro exercerá a próxima Presidência *Pro Tempore* da RIPAJ e lembrou que há delegações ausentes na presente reunião. Citou, ainda, que a próxima Presidência *Pro Tempore* seria exercida por São Tomé e Príncipe, cuja delegação não esteve presente na VI RIPAJ. Frisou que após a Presidência de São Tomé e Príncipe, seria a vez de Angola. Lembrou, também, que Portugal ainda não exerceu a Presidência *Pro Tempore* da RIPAJ.

A Exma. Dra. Maria Isabel Tormenta pontuou que não seria adequada a escolha de Angola, uma vez que esse país sediou a RIPAJ em 2014. Sugeriu que a escolha excluísse os últimos 4 mandatos.

O Exmo. Dr. Sérgio Hornai revelou que Timor Leste tem interesse em realizar a próxima RIPAJ, no entanto, em 2017, haverá eleições gerais em seu país, por isso não considerou oportuno. Sugeriu, ainda, que a próxima edição seja realizada no Brasil, mais uma vez.

O Exmo. Dr. Carlos Paz sugeriu uma consulta à São Tomé e Príncipe para conhecer seu posicionamento.

A Exma. Dra. Maria Luísa Pacheco sugeriu que se siga a ordem alfabética dos países da RIPAJ e concordou com a consulta à São Tomé e Príncipe.

O Exmo. Dr. Carlos Paz assumiu a possibilidade de realizar o evento no Brasil mais uma vez. Encaminhou para que a Secretaria Administrativa consultasse São Tomé e Príncipe sobre a possibilidade de a próxima Presidência *Pro Tempore* ser exercida por aquele país.

Ficou acordado entre as delegações que São Tomé e Príncipe será consultado e, caso não possam abrigar a próxima reunião da RIPAJ, o Brasil assumiria a sede mais uma vez.

#### **12) Encerramento da VI RIPAJ e assinatura da Ata**

As Coordenações Nacionais fizeram suas considerações finais, parabenizaram a organização do evento e ressaltaram a importância dos temas discutidos durante a VI RIPAJ.

O Exmo. Dr. Carlos Paz encerrou a VI RIPAJ agradecendo a todos os presentes e frisou o êxito da Reunião.



Eu, Livia Padilha, Secretária Administrativa da RIPAJ e Assessora Internacional da Defensoria Pública da União (DPU) da República Federativa do Brasil, redigi a presente Ata, que submeto à consideração dos representantes dos membros da RIPAJ para assinatura.

**Dra. Maria Isabel Tormenta dos Santos**

Secretária de Estado para a Justiça  
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos  
República de Angola

**Dr. Carlos Eduardo Barbosa Paz**

Defensor Público-Geral Federal  
Defensoria Pública da União  
República Federativa do Brasil

**Dr. Domingos Dias Pereira Mascarenhas**

Embaixador  
República de Cabo Verde

**Dr. Justino Ernesto Tonela**

Diretor Nacional  
Instituto do Patrocínio e Assistência  
Jurídica (IPAJ)  
República de Moçambique

**Dra. Maria Luísa Pacheco**

Subdiretora-Geral da Direção-Geral da  
Política de Justiça  
Ministério da Justiça  
República Portuguesa

**Dr. Sérgio de Jesus Fernandes da Costa  
Hornai**

Defensor Público-Geral  
República Democrática de Timor-Leste